

# Uma maré para todos

Com a convergência dos dramas social e ambiental, o Brasil precisa olhar para o “andar de baixo” e generalizar a inclusão produtiva ao atacar a informalidade, os pedágios financeiros, o monopólio do conhecimento e a má gestão

**Não há como negar** a amplitude dos desafios que enfrentamos. O IV Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, de 2007, afirma que “o aquecimento do sistema climático é inequívoco”, enquanto o estudo *The Inequality Predicament: Report on the world social situation 2005*, das Nações Unidas, comprova que, a despeito dos avanços técnicos, a desigualdade de renda e de consumo entre os países se manteve nos últimos 50 anos. O Brasil aparece com distinção: a renda *per capita* dos 10% mais ricos equivale a 32 vezes a dos 40% mais pobres.

Os 4 bilhões de pessoas com renda *per capita* anual inferior a US\$ 3 mil não são vistos como tragédia social. A International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, por exemplo, enxerga aí um mercado de US\$ 5 trilhões. Em documento de 2007, afirma que “há reconhecimento crescente da importância de se remover barreiras às

pequenas e médias empresas e criar uma gama mais ampla de ferramentas para levá-las à economia formal e gerar mercados mais eficientes”. A abordagem evidencia que o modelo corrente gera a tendência inversa: o plantio de soja utiliza um trabalhador a cada 200 hectares, a pesca industrial oceânica reduz à miséria mais de 300 milhões de pessoas nas regiões costeiras, a especulação financeira descapitaliza as comunidades, o abuso no registro de patentes – 97% pertencem a países ricos – trava as iniciativas locais de criação de valor.

A prosperidade artificial e o consumo predatório que a concentração de renda e de riqueza permite nas porções ricas do planeta fazem convergir as grandes ameaças estruturais. O cientista político canadense Thomas Homer-Dixon lembra, no livro *The Upside of Down* (2006), que a população de 6,7 bilhões de pessoas não só aumenta em 75 milhões por ano, como exhibe perfil de consumo surrealista nas duas pontas, na escassez e nos excessos, na desnutrição e na obesidade. Cerca de dois terços do crescimento populacional dão-se na área da miséria, mas findou-se a era das populações pobres e isoladas. O planeta é um só, os pobres sabem que são pobres, e o modelo de consumo é o dos ricos.

Dados sobre esgotamento da vida nos mares, erosão dos solos, redução das reser-

vas de água doce, destruição da biodiversidade e desmatamento são acompanhados em detalhe, em uma demonstração impressionante de capacidade técnica e impotência política. A análise dos desperdícios e da subutilização de fatores, como sugere Ignacy Sachs, aponta os reequilíbrios necessários para alcançarmos as inovações que darão conta dos dramas social e ambiental.

## Capacidade de trabalho

Tomando 2006 como referência, o Brasil tem 190 milhões de habitantes. Destes, 125 milhões estão em idade ativa (15 a 64 anos) e 98 milhões integram a População Economicamente Ativa (PEA). Apenas 31 milhões são empregados pelo setor privado com carteira assinada. Sete milhões são funcionários públicos. O que fazem os outros? Há empresários e “autônomos”, cerca de 15 milhões de desempregados, e uma ampla massa classificada como “informais” – 51% da PEA, segundo o estudo *Brasil, o Estado de Uma Nação 2006 – Mercado de trabalho, emprego e informalidade*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O modelo subutiliza mais da metade das capacidades produtivas do País. Não é realista imaginar que o crescimento centrado em empresas transnacionais, grandes extensões de soja ou em uma hipotética expansão do emprego público permitirá absorver essa mão-de-obra. Formas alternativas de organização tornam-se necessárias. O drama da desigualdade não se resolve

só com a distribuição mais justa da renda e da riqueza, envolve necessariamente a inclusão produtiva decente da maioria da população desempregada, subempregada ou encurralada em atividades informais.

## Recursos financeiros

Diz-se que não há recursos para empregar a todos. Mas a Organização Mundial da Saúde estima que R\$ 1 investido em saneamento básico permite reduzir de R\$ 4 a R\$ 5 em gastos. Ou seja, há atividades que, em vez de absorver, liberam e multiplicam recursos. A ponte se faz pelo crédito, mobilizando de forma produtiva as poupanças dos que possuem excedente em proveito de quem tem iniciativas a financiar.

Estudo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostra que, apesar da queda da taxa básica de juro de setembro de 2005 a fevereiro de 2007, as variações para os tomadores finais foram insignificantes e as taxas comerciais voltam a subir em 2008. Mesmo a custos indecentes, o volume de crédito se expande.

A generalização do pedágio financeiro reduz drasticamente a capacidade de os agentes dinamizarem as atividades econômicas. A desigualdade aqui não é apenas herança, mas um processo em curso que permite a descapitalização de empresas, comunidades e famílias ao mesmo tempo que gera lucros no restrito clube de intermediários financeiros e grandes aplicadores.



### Conhecimento tecnológico

Em uma era caracterizada pela centralidade do conhecimento nos processos econômicos, o sistema de patentes imobiliza áreas inteiras por 20 anos, os *copyrights* duram mais de 70 anos, constituindo autênticos monopólios.

A avaliação é de Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe da Casa Branca e do Banco Mundial, e Nobel de Economia. “A inovação está no coração do sucesso de uma economia moderna (...) O mundo desenvolvido arquitetou cuidadosamente leis que dão aos inovadores o direito exclusivo às suas inovações e aos lucros que delas fluem. Mas a que preço? Existe um sentimento crescente de que há algo de errado com o sistema que governa a propriedade intelectual. O receio é que o foco nos lucros para as

corporações ricas represente uma sentença de morte para os muito pobres no mundo em desenvolvimento”, escreveu.

Segundo o autor, “os países em desenvolvimento são mais pobres não só porque dispõem de menos recursos, mas porque há um hiato em conhecimento”. É uma tomada de posição importante nesta época em que respeitar o sistema de propriedade intelectual, na prática, significa aceitar sua monopolização.

Este é mais um fator de concentração da renda e da riqueza, e de reprodução de dinâmicas ligadas à problemática ambiental. Precisamos de regras mais flexíveis e inteligentes, pois a curto prazo os pedágios sobre o conhecimento geram lucros para as empresas, mas a médio prazo estaremos todos em dificuldades.

### Má-gestão

O artigo *Getting Real on Health Financing*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2007, lembra que as mortes provocadas pela Aids passam de 25 milhões. Não aparecem nas manchetes, mas as perdas de capacidade de trabalho e os custos com tratamento e hospitalização são imensos. O desequilíbrio entre os avanços da produção comercial e os atrasos das políticas sociais gera altos custos para toda a sociedade. Os países em desenvolvimento arcam com 90% da carga global das doenças, mas contam com apenas 12% do gasto global com saúde: o gasto *per capita* é de US\$ 22 em países de baixa renda e supera US\$ 3 mil nos de alta renda.

Os cerca de US\$ 6 mil de bens e serviços produzidos por pessoa no mundo seriam

suficientes para uma vida digna para todos. Alguns claramente são mais dignos que outros: quanto mais ricos os países, maior a participação do setor público nos gastos com saúde. O FMI recomenda: “Os países devem incrementar sua capacidade de levantar dinheiro por meio de impostos”. Embora não seja todo dia que o FMI defenda governos maiores, a visão é correta: é preciso desenvolver o setor público e lutar por maior eficiência nos gastos, modernizando e democratizando a gestão.

Fazer dinheiro com saúde não é eficiente em lugar nenhum, a não ser para minorias de alta renda. Fazer dinheiro com educação, na linha da indústria do diploma, tampouco resolve. É preciso recuperar a capacidade de desenvolver políticas públicas competentes – como as políticas sociais com fins lucra-

tivos só funcionam para quem tem poder de compra, o resultado é o imenso desperdício de recursos e o aprofundamento das desigualdades.

Felizmente, enraíza-se a compreensão de que o avanço de uns em detrimento dos outros não resolve: a maré tem de levantar todos os barcos. O bem-estar econômico e social de todos deixa todos melhor, não só os pobres. Dos ricos, o que se exige não é bondade, mas inteligência para mobilizar os recursos subutilizados em função dos dois objetivos principais: o ambiental e o social. A seguir, algumas alternativas.

### Medir os resultados reais

A mortalidade infantil no mundo em desenvolvimento caiu nos últimos 50 anos, graças à melhor nutrição, a intervenções ligadas à água e ao saneamento e a avanços no uso de vacinas e antibióticos, diz o FMI. Ou seja, ações preventivas de baixo custo, mas que exigem densidade organizacional na base da sociedade.

Para a contabilidade tradicional, a medicina preventiva é péssima: evitar doenças não aumenta o PIB. Se há muitos doentes, intervenções cirúrgicas, compra de medicamentos, isto, sim, aumenta o PIB. Porém, o que interessa não é gastar com medicamentos e hospitais, e sim não ficar doente. Calculamos o valor comercial de bens e serviços (*output*) e não os resultados em qualidade de vida (*outcome*). O absurdo estende-se a outras áreas: a liquidação da vida nos mares, o corte das florestas, a

destruição da camada orgânica do solo, o esgotamento dos lençóis freáticos. Nada disso é contabilizado, a não ser como valor positivo no produto vendido, sem desconto dos custos ambientais.

Nos anos 80, com Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra, o social saiu do mapa e tudo se concentrou nos resultados econômicos e financeiros. Na década de 90, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trouxe de volta a visão de que a economia deve servir ao bem-estar dos homens, não o contrário. Desenvolveram-se metodologias que avaliam o trabalho voluntário, o trabalho não-remunerado doméstico, a destruição ou a proteção do meio ambiente, a insegurança resultante dos processos produtivos, a dilapidação dos recursos não-renováveis.

Instrumentos que permitem avaliar o “progresso genuíno” e a qualidade de vida reequilibram os critérios de decisão na sociedade, pois definem os objetivos. Uma população desinformada, ou mal informada, tende a ficar angustiada. Uma população informada pode se tornar cidadã.

### Democratizar o governo

O *Relatório Mundial sobre o Setor Público*, publicado em 2005 pelas Nações Unidas, mostra a evolução da administração pública baseada em obediência, controles rígidos e “autoridades”, passando pela gestão empresarial e desembocando na visão da “responsive governance”.

A “governança” indica que a boa gestão



se obtém por meio da articulação inteligente e equilibrada dos atores interessados no desenvolvimento, os *stakeholders*. O adjetivo “responsive” implica responder aos interesses que diferentes grupos manifestam e supõe sistemas amplamente participativos. É quando o prefeito, em vez de ditar *seu* programa, ajuda os cidadãos a desenvolver o que *eles* desejam.

O modelo que emerge centra-se na participação direta dos atores, na transparência, na abertura às tecnologias da informação e da comunicação e em soluções organizacionais que assegurem interatividade entre governo e cidadãos. São pontos importantes no Brasil, pois ultrapassam as visões saudosistas autoritárias e a pseudomodernização que coloca um *manager* no lugar do político, e buscam construir capacidade real de solução de problemas.

### Democratizar as corporações

As transformações não se limitam ao setor público. Enraíza-se a idéia de que nenhuma corporação pode se limitar a maximizar lucros e deve responder de certa forma aos interesses da sociedade. Assim, as dimensões sociais e ambientais da atividade empresarial deixam de ser externalidades que a sociedade custeia, por meio dos impostos e do setor público, para se tornar um fator intrínseco: o *core business*, o “negócio”, deve ser desenvolvido de maneira responsável.

E parece inevitável – dados os ganhos sistêmicos e o fato de que as políticas



atuais não se sustentam – que as corporações contribuam para a construção de um arcabouço jurídico que facilite a gestão da sociedade como um todo, indo além do sistema de *lobby*.

### Reforçar a sociedade civil

No Brasil há a sociedade civil de cima, que se organiza, apóia ONGs, chama o Procon, escreve cartas aos jornais. Mas há também o andar de baixo, os 51% que formam a economia informal, os perdidos nas imensas periferias urbanas, os acampados nas beiras das estradas, os sem-terra, sem-teto, sem-internet, os sem participação efetiva. Para eles, houve avanços indiscutíveis com o Bolsa Família, a elevação do salário mínimo, o aumento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a disseminação do microcrédito.

Avançamos na organização do “andar de cima”, da política para as classes alta e

média, da participação do mundo empresarial, da estabilização da macroeconomia e, pela primeira vez, houve um esforço em escala de inclusão do “andar de baixo”. Mas as distâncias continuam imensas – é preciso ir além das políticas distributivas e dinamizar as propostas para generalizar a inclusão produtiva. A mudança organizacional é o desafio do momento. Outro mundo é sem dúvida possível, pois o que aprontamos até agora não é recomendável.

P22

*\*professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – <http://dowbor.org>*